

Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política

Ernesto Seidl¹

Resumo

O artigo aborda a relação entre as características das organizações que estiveram à frente de protestos recentes no Brasil e as estratégias de afirmação como atores legítimos no espaço político. Em especial, examina as condições de consolidação de um grupo como principal articulador e porta-voz das manifestações de junho de 2013 no estado de Sergipe, destacando o peso do capital militante de seus líderes, suas inserções em redes diversificadas e as estratégias de legitimação como “movimento”.

Palavras-chave: Ativismo juvenil. Capital militante. Protesto. Politização.

O ponto de partida deste artigo situa-se num quadro mais geral de pesquisas voltadas ao estudo dos processos de politização, de engajamento e de militância levadas a cabo ao longo dos últimos sete anos no estado de Sergipe, nordeste do Brasil. Em poucas palavras, o interesse central daquelas investigações consistia na tentativa de compreensão dos processos que levaram ao envolvimento e à atuação de militantes em espaços e causas variados, com destaque ao polo associativo da esfera política². Os principais questionamentos perseguidos buscavam dar conta dos condicionantes implicados no desenrolar de itinerários de militantes ligados a associações, sindicatos,

1 Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS/UFSC) e do CNPq. Email: eseidl@terra.com.br.

2 Parte dos resultados dessas investigações pode ser consultada em Seidl (2009a, 2009b, 2014a, 2014b), Seidl e Leandro (2012), Oliveira (2014), Melo (2013), Figueiredo (2012). Sou muito grato a Adrielma Santos por diversas sugestões de pistas de pesquisa e pela leitura de uma primeira versão deste artigo. Agradeço-lhe ainda por informações prestadas sobre o Movimento Não Pago e pelo auxílio no contato com militantes daquele grupo. Sua pesquisa – que resultou em monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais (SANTOS, 2014) – foi desenvolvida no âmbito do Projeto PIBIC “Repertórios organizacionais, engajamento individual e dinâmicas dos eventos de protesto em Sergipe”, coordenado pelo professor Wilson José Ferreira de Oliveira, do Laboratório de Estudos do Poder e da Política, Universidade Federal de Sergipe.

partidos, organizações não governamentais (ONGs) e cooperativas. As formas e os espaços – grupo familiar, escola, universidade, religião, redes de amizade, trabalho – nos quais diferentes tipos de recursos sociais e culturais são obtidos e as experiências acumuladas em conjunturas históricas específicas estiveram no centro das preocupações. Baseada numa abordagem processual do fenómeno do engajamento (FILLIEULE, 2001; FILLEULE; PUDAL, 2010), as pesquisas procuraram identificar como se dá a construção social do desejo de se dedicar a alguma causa, as etapas e maneiras como são vivenciadas e as lógicas dos investimentos na militância, incluindo flutuações, afastamentos e eventuais *exits*.

O material mobilizado como fonte de informação naquelas pesquisas está constituído, em seu grosso, de entrevistas biográficas com líderes e ex-líderes de organizações de portes distintos e dedicadas a questões diversas: defesa de homossexuais, ambientalismo, filantropia, sindicatos de professores universitários e de petroleiros, religião católica, movimentos negro e afroreligiosos e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Fontes secundárias como entrevistas e matérias publicadas em jornais e *blogs*, publicações em redes sociais como o Facebook, vídeos de manifestações e um conjunto de trabalhos monográficos conduzidos dentro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP/UFS) foram também amplamente utilizados. Além disso, a interação direta e o ganho de proximidade com uma parcela dos indivíduos estudados devido a sua condição de meus alunos de graduação ou pós-graduação na Universidade Federal de Sergipe permitiu acesso não apenas a situações menos artificiais do que as de uma entrevista, por exemplo, mas também à atuação daqueles indivíduos num contexto em que o papel de militante ganhava contornos mais ou menos ambíguos. Por fim, além da grande manifestação de 20 de junho de 2013, em Aracaju, chamada *I Acorda Aracaju*, registro ainda o acompanhamento de um conjunto de manifestações menores e pontuais em torno de questões como “transporte público”, “orientação sexual”, “religiões afro”, “movimento negro”, entre outros, no período de 2007 a 2013.

Como destacado, o foco principal daquelas pesquisas esteve principalmente na dimensão individual do engajamento militante: nas condições de sua realização, nas relações da militância com as demais esferas de vida, nas formas de retribuição e na manutenção da participação ao longo do tempo. Obviamente, estes aspectos só existem em conexão com espaços coletivos

concretos (mais ou menos institucionalizados) e formas muito diversificadas de atuação (desde participações de baixo perfil até a liderança de grupos). Logo, é apenas dentro de toda a moldura na qual se desenrolam os itinerários examinados que as ações individuais e coletivas ganham inteligibilidade.

Embora já acompanhasse de modo não sistemático manifestações, encontros e reuniões de alguns grupos e de organizações em Aracaju, a onda de protestos surgida em meados de 2013 atraiu minha atenção para a atuação de determinados grupos e indivíduos que havia conhecido ao longo das pesquisas. Alguns, inclusive, havia entrevistado ou conversado de modo mais informal em diversas ocasiões, sobretudo no ambiente acadêmico³. Somado a isso, a sugestão apresentada pelo Núcleo de Estudos em Movimentos Sociais (NMPS/UFSC) de que discutisse “movimentos sociais e manifestações de rua” em um encontro recente colocou-me o desafio de refletir sobre o material até o momento disponível por um ângulo pouco ou nada explorado pela pesquisa até então. Em que pese a natureza dos dados, produzidos em função de outra problemática, acredito que uma série de questões pertinentes poderia ser formulada tendo como ponto de partida as mobilizações ocorridas em meados de 2013, além de outras, na cidade de Aracaju. De modo ainda precário, apontaria um eixo de interesse na relação entre as características das organizações que estiveram à frente dos protestos e as estratégias de afirmação como atores legítimos no espaço político.

Assim como nos dois grandes centros do país – que serviram de modelo – e em boa parte de outras capitais, os protestos de junho de 2013 em Aracaju tiveram como atores centrais grupos que apresentavam como principal reivindicação a “questão do transporte público”. Um grupo em especial, denominado Movimento Não Pago, exerceu a função de ator-chave a replicar na capital a onda de manifestações dentro dos moldes vistos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Definida pelo Não Pago em “reunião pública” realizada em uma praça, a manifestação foi marcada para o dia 20 de junho, com o nome de *I Acorda Aracaju*. O evento reuniu cerca de 40 mil pessoas e teve grande

3 Como indiquei rapidamente mais acima, tive oportunidade de conhecer e conviver com grande quantidade de militantes que frequentavam minhas aulas em cursos de graduação e pós-graduação (em Sociologia) na Universidade Federal de Sergipe, incluindo uma sindicalista ex-candidata ao governo do estado e à prefeitura de Aracaju. Muitos desses se dispuseram a fornecer informações, a conceder longas entrevistas biográficas e a mediar contatos com indivíduos e grupos.

repercussão, de modo similar ao ocorrido em muitas cidades do país, inclusive com alguns episódios de depredação de patrimônio. O protagonismo nessa mobilização e em outras subsequentes deu ao grupo forte visibilidade, fortalecendo percepções do Não Pago como movimento ativo e líder naquele contexto. A imprensa local o destacou como principal responsável pela organização das manifestações, divulgando reuniões, sua “história” e a “pauta de reivindicações” do grupo e registrando falas de seus organizadores, com destaque ao “coordenador de comunicação”.

Creio que o exame das condições de afirmação do Movimento Não Pago como principal articulador e porta-voz dos protestos de junho no estado de Sergipe permita que se compreendam elementos importantes dos processos de mobilização e de protesto do momento atual. Criado no início de 2011, o Não Pago reunira, em pouco mais de dois anos, recursos organizacionais que o colocavam em posição favorável para se apresentar como ator coletivo afinado não somente com as principais bandeiras do momento, mas também com as características dos demais grupos à frente das manifestações pelo Brasil.

Em primeiro lugar, apesar de recente, o movimento contava entre suas lideranças indivíduos relativamente bem dotados de capital militante⁴, parte dele acumulado na participação prévia em uma “frente” também dedicada àquela causa; além disso, tratava-se de “jovens” e “estudantes”; em terceiro lugar, as inserções múltiplas daqueles militantes em redes sociais diversificadas, fundamentalmente calcadas no espaço escolar universitário e numa miríade de grupos políticos associativos, lhes franqueavam relações com um espectro denso de atores coletivos e individuais mais ou menos organizados e institucionalizados (diretórios acadêmicos, movimentos, sindicatos, partidos, políticos) no interior do espaço político.

Como sabido, o elemento desencadeador dos protestos de 2013 foi o aumento das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo, estando à frente da mobilização inicial o Movimento Passe Livre (MPL)⁵. Assim como em outros

4 *“Incorporado sob forma de técnicas, de disposições a agir, intervir, ou simplesmente obedecer, ele cobre um conjunto de saberes e de savoir-faire mobilizáveis em ações coletivas, lutas inter ou intrapartidárias, mas também exportáveis, conversíveis em outros universos, portanto, suscetíveis de facilitar certas ‘reconversões’”* (MATONTI; POUPEAU, 2004, p. 6).

5 *Um conjunto de pequenos textos com informações e análises úteis, escritos por cientistas sociais e participantes de várias das manifestações de junho de 2013, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro,*

centros urbanos, em Aracaju a “questão do transporte público” havia estado entre os temas de maior visibilidade na agenda de reivindicações sociais organizadas, sendo provavelmente a principal causa de protestos na cidade nos últimos anos, como demonstrado pelo trabalho de Santos (2014). Mais do que uma questão recorrente, a mobilização em torno dessa bandeira se destacava pelas formas de protesto – bloqueio de avenidas importantes, queima de pneus, passeatas com uso de megafones –, com garantia de repercussão intensa na grande mídia convencional. Até pelo menos 2011, a “questão do transporte público” ou da “mobilidade urbana” em Aracaju havia sido encabeçada pela Frente em Defesa da Mobilidade e Transporte Público, com forte atuação do Movimento Passe Livre local, que se desarticulou, contudo, em 2008. A Frente estava conectada a um conjunto heterogêneo de outros movimentos, sindicatos, partidos políticos e centros acadêmicos da Grande Aracaju⁶. De acordo com Santos (2014, p. 30), “estes dois movimentos tinham formas de organização opostas”. Enquanto o MPL “priorizava os debates, as reuniões e seminários de formação políticas como suas principais formas de intervenção”, a Frente “partia para ação direta”, atuando nas manifestações de rua, intervenções na Câmara de Vereadores, abaixo-assinado, dentre outros espaços”.

Os primeiros registros de ação coletiva organizada contra o aumento da passagem do transporte público e em defesa da mobilidade urbana da cidade de Aracaju e Grande Aracaju datam do ano de 2003, com o Movimento Passe Livre. Em Sergipe, principalmente na capital, o movimento atuava de forma a conscientizar a população sobre alguns temas específicos sobre a mobilidade urbana: tarifa zero, passe livre, o direito de todos os cidadãos terem acesso a todos os lugares da cidade de Aracaju. De acordo com isso, o movimento organizava principalmente debates, reuniões e seminários de formação política, ato público,

pode ser consultado em edição da revista Current Anthropology intitulada Protesting Democracy in Brazil, organizada por Alexander S. Dent e Rosana Pinheiro-Machado. Disponível em: <<http://www.culanth.org/fieldsights/426-protesting-democracy-in-brazil>>. Sobre o Movimento Passe Livre, consultar Ortellado (2013).

- 6 Conforme informado no perfil da frente no Facebook. “a Frente em Defesa da Mobilidade e Transporte Público é composta pelo Movimento Não Pago, Coletivo Mão Roxa, Coletivo Sejam Realistas Exijam o Impossível, Círculo Palmarino, CUT, CSP Conlutas, Sindipetro, Sindijus, Sindisan, CATB (UNIT), CAEF, DACS, CALECO, ANEL, Levante Popular da Juventude, Barricadas Abrem Caminhos, Rompendo Amarras, Consulta Popular, UJC, PCB, PSOL, PSTU, estudantes, trabalhadores e desempregados, todos juntos na luta para congelar a passagem/realizar auditoria dos custos, por uma licitação popular, pelo respeito à legislação municipal e por um transporte público de qualidade que garanta o direito de ir e vir da classe trabalhadora”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Frente-em-Defesa-da-Mobilidade-e-Transporte-P%C3%BAblico/615726168443608>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

intervenção artística etc. Segundo Flávio Marcel, que era militante do Movimento Passe Livre, atualmente militante do Movimento Não Pago, o movimento começou a atuar em 2003 no estado de Sergipe e acabou entre 2007 e 2008. (SANTOS, 2014, p 29).

No interior da Frente, um grupo voltado ao não aumento das passagens de ônibus, já então denominado Não Pago e composto por militantes que representavam partidos, sindicatos e grêmios estudantis, concentrava maior domínio nas discussões sobre aquela pauta específica. A denominação do Não Pago como *movimento* surge com a extinção da Frente em Defesa da Mobilidade e Transporte Público, em 2011. Egressos da Frente, quatro militantes – todos eles estudantes universitários com pouco mais de vinte anos de idade e de origens sociais intermediárias – liderariam o agora chamado Movimento Não Pago, organização que rapidamente logrou firmar-se como representante da bandeira do transporte público no estado. Como reconstituem em seus depoimentos (SANTOS, 2014), os criadores do Não Pago teriam sugerido a ideia de formar um grupo mais “dinâmico e ativo”, com destaque à importância de eliminar a participação de indivíduos na condição de “representantes” de outras organizações. Da mesma forma, ressaltam um desejo de atuar com maior grau de conhecimento sobre “o transporte público”, indicando forte disposição ao investimento numa militância que tenderia a ser mais especializada e menos atrelada a outros grupos inclinados a disputar espaço com base em princípios externos aos do Não Pago.

Esta etapa inicial do movimento, que dá continuidade ao engajamento dos militantes em intensidade mais elevada, é apresentada como momento de “estudo aprofundado” sobre a “questão do transporte”, especialmente “quanto à legislação”. O grupo realiza então diversas reuniões dentro da Universidade Federal de Sergipe, onde estudavam seus fundadores e se encontrava o principal espaço de recrutamento do movimento⁷. Entre os atos considerados inaugurais do movimento está a produção e divulgação de um “videodenúncia” sobre irregularidades no sistema de transporte de Aracaju⁸. Assim como outros vídeos do Não Pago, incluindo *spots* de divulgação do grupo, este tem

7 A UFS é a única universidade pública do estado de Sergipe. Foi fundada há 43 anos e tem cerca de 15 mil alunos. Ocupa lugar central como referência acadêmica e concentra praticamente todas as atividades do movimento estudantil universitário.

8 Vídeo com cerca de 10 minutos de duração. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3pt5wfwhaQI>>.

boa qualidade técnica (de imagem, locução, trilha e edição) e apresenta dados e depoimentos de modo claro e organizado. Ressalte-se que a produção de vídeos divulgados pela internet e o uso de uma logomarca apelativa, utilizada também em camisetas, dão ao grupo um registro visual marcante e de fácil identificação⁹.

Alguns aspectos sugeridos por estas informações me parecem especialmente interessantes. Em primeiro lugar, a ideia de reinvestimento em um novo empreendimento militante mais afinado com as concepções de política e de militância de seus fundadores parece estratégica na afirmação do grupo dentro de um espaço político no qual as disputas pelo acesso à palavra autorizada sobre a “questão do transporte” se tornavam mais complexas. Em especial, fica patente a preocupação em lhes garantir uma autoridade legítima não apenas com base num “conhecimento de causa” ou numa expertise, mas também como ator político não subordinado às lógicas partidárias¹⁰.

Este elemento, aliás, é sem dúvida o mais recorrente nos discursos e formas de autoapresentação dos atores coletivos de maior destaque nas manifestações de junho de 2013 e, tudo indica, também de um modo geral nos grupos surgidos na última década no país (ORTELLADO, 2013a, 2013b). O argumento do “afastamento dos partidos e sindicatos” apresenta como necessidade a “autonomia” em relação a atores/instituições moldados nos princípios tradicionais de ação orientados pelo “pragmatismo”, organizados em estruturas hierárquicas e baseados na representação e na delegação. A “novidade” ou “diferença” frente ao “antigo modelo” partidário-sindical é apontada, portanto, sobretudo no que seria uma “ausência de lideranças” do movimento, na “horizontalidade” das relações de poder e de participação nas tomadas de decisão do grupo.

Esse vocabulário vazado em noções como “coletivo/coletividade”, “articulação”, “horizontalidade”, “sem hierarquias”, “autonomia”, “democrático”,

9 Sobre o uso de símbolos e a construção identitária do grupo, consultar Santos (2014, p. 64-68).

10 A relação entre militância associativa e partidária constitui uma das questões mais instigantes às investigações sobre as modalidades de engajamento e participação. Trabalhos recentes (CORADINI, 2001, 2005, 2007, 2011) indicam a forte relação entre envolvimento associativo e acúmulo de capital político-eleitoral no Brasil, apontando expressivo crescimento da vinculação a grupos associativos como recurso para ocupação de cargos políticos, eletivos ou não. Embora os líderes do Não Pago afirmem participar ativamente de partidos, assim como o fazem boa parte de adeptos e apoiadores do grupo, este fato é apresentado como uma dimensão à parte do ativismo no movimento. Sobre a militância múltipla, consultar, em especial, Mische (2008) e Seidl (2009a, 2009b, 2014a).

enquadra-se em representações da política que se oferecem como alternativas aos canais considerados ineficientes, burocratizados e não democráticos de participação, o que também inclui certas modalidades de movimentos sociais. A tônica colocada na recusa à concentração individual de poder – de decisão ou de falar em nome do grupo – em benefício do coletivo se funda, assim, numa concepção de fazer política fortemente calcada no “desinteresse pessoal”, num controle refletido sobre a tentação de usurpação individual do grupo, de autopromoção ou de satisfações narcísicas mais evidentes. Por outro lado, nessa configuração proposta, cada indivíduo teria garantida ampla liberdade para se expressar dentro do grupo, desde que falasse apenas em nome próprio. Grosso modo, isonomia de poder e dedicação ao coletivo resumiriam as duas grandes referências na tentativa de legitimação desses grupos como instrumentos de mobilização e luta por interesses sociais.

As tensões e ambiguidades geradas pelo contraste entre os princípios mencionados e a dinâmica concreta do ativismo são um ponto constante nos depoimentos de militantes associativos. Com frequência, líderes de grupos veem-se em longos esforços de negação e de eufemização do *status* que detêm e da satisfação de serem tomados por porta-vozes, de darem entrevistas à imprensa, de serem fotografados e de terem a imagem exibida em jornais e na internet. Essa competência, aliás, integra outras que compõem um tipo de capital militante que exige habilidades específicas como, por exemplo, a de exercer funções de liderança e de porta-voz e ao mesmo tempo recusar de modo convincente ambos os rótulos.

Como indicado, as experiências políticas dos fundadores do Movimento Não Pago adquiridas antes da criação do grupo incluem a participação na Frente pela Mobilidade Urbana e Transporte Público, espaço fundamental na familiarização com uma estrutura de mobilização coletiva, seus procedimentos e rituais, com um vocabulário específico e com formas de ação política. Se essa etapa foi central no aprendizado e na incorporação de um *savoir-faire* militante, também é preciso considerar a familiaridade daqueles indivíduos com tarefas nos centros acadêmicos da Universidade Federal de Sergipe¹¹. Para

¹¹ Como indiquei em outro lugar (SEIDL, 2014b), a importância do espaço acadêmico nas condições de engajamento e de militância deve ser considerada especialmente pela centralidade que tem na criação de novos vínculos e na subsequente inserção dos indivíduos em redes de sociabilidade que podem ser decisivas tanto na redefinição de engajamentos preexistentes quanto na realização de novos, ou, ainda, ambas as coisas.

um deles, no entanto, coordenador de comunicação e liderança mais exposta à mídia, a proximidade com atividades coletivas e com a esfera da política é mais densa e remonta à adolescência, quando atuou na torcida organizada de um clube de futebol da capital. Como destaca, além de ter aprendido a pichar, essa participação lhe rendeu “contatos” em diversas regiões do estado, os quais lhe seriam úteis posteriormente. Segundo ele, foi como estagiário do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe que teve ocasião de atuar intensamente naquilo que define como “trabalho político”, fundamentalmente em tarefas de “mobilização” e “conscientização de grupos” (operários, associações de bairros, sindicatos de trabalhadores) na capital e Grande Aracaju.

O envolvimento desses indivíduos em atividades políticas na universidade, o contato com sindicatos e grupos organizados e a militância na Frente pela Mobilidade – antes de então fundarem um movimento específico – indicam itinerários com investimentos crescentes em termos de engajamento individual. Engajamentos estes que apontam retribuições tanto em termos de recursos cognitivos e culturais quanto de socialização via integração a novos meios sociais, com impactos sobre seus processos identitários¹². Embora atualmente dividam seu tempo com outras tarefas (em especial, acadêmicas), a criação do Não Pago representou outro patamar no nível de comprometimento, cobrando-lhes maior fatia de tempo e energia e, nesse processo, sedimentando uma construção identitária como “jovens militantes”. A inserção em espaços sociais variados e o trânsito pela principal universidade sergipana estão, assim, na base do estabelecimento de relações formais e informais bastante densas e diversificadas nas esferas política e estudantil, estrutura interativa determinante no processo de enquadramento desses indivíduos em um movimento social¹³. Uma vez que o *status* de “estudantes” – que marca seu início em movimentos políticos – é prolongado com a realização de uma segunda graduação e/ou de cursos de pós-graduação¹⁴, são mantidas as condições

12 Para uma discussão sobre as retribuições da militância, ver, em especial, os trabalhos de Gaxie (1977, 2005).

13 Este aspecto é ressaltado em especial por Passy (2003, p. 23-34).

14 Um deles é formado em Economia e atualmente cursa Direito numa grande universidade privada e ao mesmo tempo realiza Mestrado em Comunicação na UFS; outro está cursando Geografia na UFS; um terceiro é formado em Direito e atualmente faz Mestrado na mesma área na UFS; por fim, um quarto militante em questão (coordenador de comunicação do movimento) é graduando em Educação Física na

fundamentais tanto para a sustentação dos engajamentos quanto para a atuação em tarefas como recrutamento e mobilização de adeptos para a “causa”, para a ativação e ampliação de redes e para a utilização de espaços públicos de projeção dentro da universidade.

A identificação da “questão do transporte público” com um caráter estudantil e, por consequência, também juvenil, está na base das condições de constituição dos indivíduos em questão como lideranças militantes. Em que pese o discurso do movimento abarcar todos os usuários do transporte público – “trabalhadores”, “o povo”, “os estudantes” – e se apresentar como “classista”, seu apelo mais direto se dirige visivelmente “aos estudantes”. Mais do que isso, o conjunto de cerca de 30 militantes que formam o núcleo ativo do grupo, bem como a quase totalidade de adeptos e apoiadores que costumam participar das mobilizações, incluindo protestos, consiste de estudantes universitários e secundaristas, estes em menor proporção. Logo, como é o caso em muitos movimentos ditos juvenis, há relação direta entre a disponibilidade e a flexibilidade de tempo, a disposição ao ativismo e a ações envolvendo maior comprometimento físico (e eventualmente, riscos) dos militantes e adeptos e a posição que ocupam no ciclo de vida social como “jovens” e “estudantes”. Isto é, as demandas ainda inexistentes ou relativamente mais brandas de outras esferas da etapa adulta – como trabalho, vida matrimonial e familiar, sobretudo – permitem um investimento mais intenso na militância política¹⁵.

O estabelecimento de vínculos desses militantes com redes relacionais extensas e, em especial, o contato com mediadores de uma série de outros grupos (grêmios estudantis, sindicatos¹⁶, partidos, movimentos sociais, lideranças de bairros), talvez seja o ponto mais decisivo dos recursos mobilizáveis pelo Não Pago. Tudo indica que também o seja para muitos outros movimentos semelhantes. Tal recurso combina-se com outro fundamental na capacidade

Universidade Federal. Declara-se atualmente desempregado e vivendo do seguro-desemprego, com apoio familiar. Segundo ele, no momento sua dedicação ao grupo é total.

15 Bom exemplo disso é apresentado na pesquisa de Silva e Ruskowski (2010) sobre o Movimento Levante da Juventude, no Rio Grande do Sul.

16 Os vínculos com sindicatos, como o Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro), sobretudo, representam importante apoio financeiro para custear despesas com impressão de material de divulgação e com aluguel de carros de som. Os trabalhos de Mesquita (2003, 2008) e de Mische (1996, 2008) sobre o movimento estudantil brasileiro também enfatizam a centralidade dos múltiplos vínculos de seus militantes.

de mobilização do movimento, que é o uso amplo de tecnologias de comunicação instantânea (as ditas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, além do *software* telefônico de mensagens *WhatsApp*), acessíveis em telefones celulares e demais dispositivos móveis, peça-chave na circulação de informações sobre convocações, atos e toda sorte de atividades do grupo¹⁷. Como em todos os protestos pelo país, parte do êxito na convocação do I Ato Acorda Aracaju, de 20 de junho de 2013, deve-se ao alcance das mensagens produzidas pelo grupo e replicadas em diversos meios (CASTAÑEDA, 2013).

Porém, a eficácia do movimento como tal, como ator coletivo porta-voz de uma bandeira, também se liga diretamente ao domínio que suas lideranças têm de um repertório de ação afinado com as características de seus apoiadores e do público principal ao qual se dirigem. Entre outros aspectos, destacaria a habilidade no uso de palavras de ordem e na entoação de cantos, na elaboração de *slogans* criativos e desafiadores, no manejo do megafone, na definição de roteiros de passeatas e sua informação prévia à polícia e à Secretaria Municipal de Transportes, em atos de maior visibilidade e audácia, como queima de pneus, bloqueio de catracas de terminais de passageiros (“catracaço”) e ainda em atos denominados “escrachos”, formas de denúncia pública de políticos, autoridades ou entidades¹⁸.

17 No momento exato em que escrevia versão inicial deste texto, recebi convite via Facebook para participar de ato organizado pelo Não Pago contra o aumento da tarifa, agendado para dia 20 de março, às 14 h, em um grande terminal de ônibus de Aracaju, e também para uma reunião, prevista para o dia 22, sábado, na área central de um grande teatro, situado ao lado do terminal mencionado. Segue o texto na íntegra: “Ano após ano a história se repete: Os empresários do transporte inventam mil e um motivos para justificar o aumento do preço da passagem do buzão, dessa vez não foi diferente. Nós, que usamos o transporte público diariamente, e os rodoviários somos quem mais sabemos o quanto o preço pago não condiz com a qualidade do serviço. Em junho do ano passado, o Movimento Não Pago impetrou Ação Popular contestando o valor da tarifa, apresentando a existência de fraudes no seu cálculo como a inclusão de preços superfaturados de pneus e combustível, o pagamento de salários à cobradores-fantasma em micro-ônibus, e supersalários superiores a 11 mil reais ao pessoal da segurança dos terminais. Segundo laudo técnico, se as fraudes fossem retiradas o valor correto da passagem seria R\$ 1,92, muito abaixo do valor alegado pelo Setransp e pela própria prefeitura de Aracaju (SMTT). O julgamento da ação ainda não foi realizado e o Setransp já pede outro aumento abusivo. Essa discussão não deve ser feita a quatro paredes, no gabinete da SMTT, nem entre o prefeito e os empresários – Manifestação Contra o aumento da passagem e por um transporte público de qualidade, dia 20/03 (quinta), concentração às 14h no terminal DIA – Reunião Contra o aumento da passagem e por um transporte público de qualidade, 22/03 (sábado), às 8:30h, no teatro Tobias Barreto”.

18 Esse conjunto de práticas de mobilização e atuação também é característico de outros movimentos ligados ao transporte público no Brasil, sobretudo do Movimento Passe Livre, principal modelo de organização.

Apontamentos finais

Para terminar as reflexões aqui esboçadas – muito longe, obviamente, de propor interpretações gerais sobre os protestos recentes no país –, destaco o que eventualmente poderia ser tomado como parte de um processo de reconfiguração da esfera política no Brasil. Ou, em todo caso, de uma tensão mais forte entre os polos associativo e o partidário. Sem dúvida, esta configuração nacional (progressivamente mais homogênea) está conectada a um espaço internacional pelo qual circulam quadros de referência e repertórios de ação relativamente uniformes, como visto nos protestos de 15M na Espanha e no Occupy Wall Street nos EUA. Mesmo assim, também é preciso lembrar que a mobilização pelo “transporte público” no país tem mais de uma década e sua “história” tem sido constantemente ativada nos discursos dos grupos atuais.

No Brasil de 2013, o sucesso dos chamados à ocupação massiva de espaços públicos por grupos que proclamam antes de tudo o apartidarismo e a horizontalidade pode facilmente ser creditado, em larga medida, a um conjunto extenso de insatisfações históricas de frações muito diversas da população. Num âmbito mais conjuntural, não se pode desconsiderar o efeito de uma atmosfera carregada de “escândalos” e “denúncias”. De corrupção na política institucional – muito em particular, o julgamento do caso Mensalão –, e de utilização pesada de dinheiro público para custeio dos chamados megaeventos (Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas), mas, sobretudo, de casos de superfaturamento de obras ligadas à Copa do Mundo, evento cuja preparação gerou intervenções urbanas e comerciais (desalojamento de populações, restrição de uso do espaço urbano, definição de padrões de comércio durante o evento, entre outros aspectos) fortemente questionadas em diversas capitais do país¹⁹. Assim, a construção de uma narrativa politizada de contrastes entre as formas e os custos da Copa do Mundo – definidas pela FIFA com a bênção do governo federal e dos governos de doze estados-sede de jogos – e “as

¹⁹ Protestos de diversos tipos e escalas “contra a realização da Copa do Mundo” foram registrados em muitas cidades. Entre os que tiveram destaque na mídia está o de 04 de outubro de 2012, em Porto Alegre. Convocada via redes sociais pelo grupo Defesa Pública da Alegria, a manifestação apresentava entre suas motivações a remoção de famílias pobres em função de obras para a Copa de 2014. Os manifestantes se reuniram no centro da cidade em torno do mascote/símbolo oficial do evento, patrocinado pela Coca-Cola, e houve forte confronto com a polícia. Outros dois protestos de grande repercussão se sucederam na cidade, motivados pela “repressão” ao primeiro.

necessidades do país real” constituiu combustível poderoso para ativar uma “pauta social” tão antiga quanto vasta. Por outro lado, retornaria à necessidade de dar mais atenção aos grupos que estiveram na ponta das mobilizações, os quais, afinal de contas, tinham como ponto de partida a reivindicação do não aumento da tarifa do transporte público.

Me detenho nesse aspecto porque creio que as características dos movimentos organizados em torno da “questão do transporte” possam ser determinantes na recomposição das formas de engajamento e de participação política, indicando um novo componente de força nas disputas pelas definições das formas legítimas de agir politicamente. Com alguma semelhança com o que Ann Mische detectou nos protestos dos “caras pintadas” pelo *impeachment* do presidente Collor, nos anos 1990, é possível perceber nos movimentos em questão o estabelecimento de “pontes entre as redes densas dos militantes” de grupos focados em questões específicas, como o Passe Livre e o Não Pago, com as redes juvenis (mas não apenas, e esse ponto parece central) mais dispersas, “contribuindo tanto para a mobilização da ação coletiva, quanto para as interpretações subsequentes dessa ação no debate público” (MISCHE, 1997, p. 149). Como sabido, no entanto, os casos de capitalização política individual e partidária dos “caras pintadas” serviram de contraexemplo aos grupos dos anos 2000, sobretudo, curiosamente, ao Passe Livre e às experiências inaugurais do movimento em Salvador em 2003, na chamada revolta do ônibus ou revolta do Buzu. Seja como for, são fortes as indicações de desconfianças quanto às possibilidades de reconversão da notoriedade das lideranças militantes desses grupos em trunfos partidários.

Articulados simultaneamente em muitos espaços, mas centrados na esfera estudantil, esses grupos colocam-se em posição de oferecer ao mesmo tempo uma causa concreta, palpável e sensível – mas que também se enquadra numa moldura muito mais ampla, como a “da cidadania, “dos direitos”, “da justiça” etc. – e oportunidades de participação política direta. Isto é, embora a “questão do transporte” integre uma grande pauta social, as estratégias de ação do movimento apresentam um foco, seus objetivos são precisos e, pelo menos em parte, alcançáveis, como demonstrado pela redução de tarifas em diversas cidades, por exemplo. A capacidade de mobilizar indivíduos jovens dispostos a se manifestar – lhes gerando satisfação de várias ordens –, de ativar recursos e apoios junto a outros grupos organizados (como sindicatos e partidos,

sobretudo) e de protestar publicamente em nome de metas bem definidas poderia configurar, assim, a afirmação de um modo de participação que se distancia de modalidades consideradas desgastadas, associadas aos partidos e aos movimentos sociais tradicionais e remetendo às noções de ideologia, lideranças e representantes, a siglas e disciplina.

Referências

CASTAÑEDA, M. Protests in Rio de Janeiro: socio-technical overlap between “networks” and the streets. **Cultural Anthropology Online**, Dec. 20, 2013. Disponível em: <<http://www.culanth.org/fieldsights/441-protests-in-rio-de-janeiro-socio-technical-overlap-between-networks-and-the-streets>>.

CORADINI, O. L. **Em nome de quem?** Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ, 2001.

_____. Engajamento associativo/sindical e recrutamento de elites políticas: “empresários” e “trabalhadores” no período recente no Brasil. **Antropolítica**, n. 19, p. 113-146, 2º sem. 2005.

_____. Engajamento associativo- sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 28, p. 195-217, jun. 2007.

_____. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999 a 2011. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, p. 197-220, 2011.

FIGUEIREDO, T. C. S. de. **Em nome dos professores?** Inserção profissional e carreiras políticas. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l’engagement individuel: Post Scriptum. **Revue Française de Science Politique**, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, 2001.

FILLIEULE, O.; PUDAL, B. Sociologie du militantisme: problématisation et déplacement des méthodes d’enquête. In: FILLIEULE, O.; AGRIKOLIANSKY, E.; SOMMIER, I. (Dir.). **Penser les mouvements sociaux**. Paris: La Découverte, 2010.

GAXIE, D. Économie des partis et rétributions du militantisme. **Revue Française de Science Politique**, v. 27, n. 1, p. 123-154, 1977.

_____. Rétributions du militantisme et paradoxes de l’action collective. **Revue Suisse de Science Politique**, v. 11, n. 1, p. 157-188, 2005.

MATONTI, F.; POUPEAU, F. Le capital militant: essai de définition. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 155, p. 4-11, 2004.

MELO, M. R. de. **Itinerários e “lutas”**: o engajamento de lideranças do movimento homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

MESQUITA, M. R. Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 81, p. 179-207, 2008.

_____. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117-149, 2003.

MISCHE, A. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, p. 134-150, 1997.

_____. **Partisan publics**: communication and contention across Brazilian youth activist networks. Princeton: Princeton University Press, 2008.

_____. Redes de jovens. **Teoria e Debate**, v. 31, 1996.

OLIVEIRA, W. J. F. de (Org.). **Engajamento e militância política em Sergipe**: contexto político, engajamento individual e atuação profissional. São Cristóvão: EDUFS, 2014.

ORTELLADO, P. On processes and outcomes: remarks on the brazilian protests of June, 2013, and other experiences of “New Movements”. **Cultural Anthropology Online**, December 20, 2013a. Disponível em: <<http://www.culanth.org/fieldsights/434-on-processes-and-outcomes-remarks-on-the-brazilian-protests-of-june-2013-and-other-experiences-of-new-movements>>.

_____. Reflections on the Free Fare Movement and other “New Social Movements”. **Mediações**, v. 18, n. 2, p. 110-117, 2013b.

PASSY, F. Interactions sociales et imbrications des sphères de vie. In: FILLIEULE, O. (Dir.). **Le désengagement militant**. Paris: Belin, 2005.

SANTOS, A. S. dos. **Movimento Não Pago**: emergência e condições de representação no cenário público de Aracaju/SE. 2014. Monografia de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SEIDL, E. Disposições a militar e lógicas de investimento militante. **Pro-Prosições**, v. 20, n. 2(59), p. 21-39, 2009a.

_____. Engajamento e investimentos militantes: elementos para discussão. In: CARRANO, P. C.; FÁVERO, O. (Org.) **Narrativas juvenis e espaços públicos**: olhares de pesquisas em Educação, Mídia e Ciências Sociais. Niterói: EDUFF, 2014a.

_____. Engajamento e militância associativa em Sergipe: modalidades, recursos e itinerários. **Cadernos CERU (USP)**, série 2, v. 20, n. 1, p. 155-169, 2009b.

_____. Espaços de politização e processos de engajamento. In: OLIVEIRA, W. J. F. de (Org.). **Engajamento e militância política em Sergipe: contexto político, engajamento individual e atuação profissional**. São Cristóvão: EDUFS, 2014b.

SEIDL, E.; LEANDRO, H. W. S. Dirigentes políticos em Sergipe: um grupo em mutação? In: MARENCO DOS SANTOS, A.; GRILL, I. G.; SEIDL, E.; SOUZA, C. (Org.). **Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil**. São Leopoldo/São Luís: Oikos/EDUFMA, 2012.

SILVA, M. K.; RUSKOWSKI, B. de O. Levante juventude, juventude é pra lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília (DF), n. 3. p. 23-48, 2010.

Recebido em 10.08.2014

Aprovado em 12.12.2014

Notes on youth activism, militant capital and political intervention

Abstract

The article discusses the relations between the characteristics of the organizations that were at the forefront of recent protests in Brazil, and their strategies of affirmation as legitimate actors in political space. In particular, it examines the conditions of action of one specific group that successfully played the role of coordinator and spokesman in the protests of June 2013 in the Brazilian State of Sergipe, focusing on the importance of its leaders' resources, as well as their insertions in extensive networks, and the strategies of legitimation as a "movement".

Keywords: Youth activism. Militant capital. Protest. Politicization.